

Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 42 – 4 de Setembro de 2009

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Editor Adjunto: Adriano Nuvunga

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Publicado por CIP e AWEPA

CIP, Centro de Integridade Pública
Av. Amílcar Cabral 903, 1º (CP 3266) Maputo
Tel: +258 21 327 661, 82 301 639
Fax: +258 21 327 661 e-mail: cipmoz@tvcabo.co.mz

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África
Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
Fax: +258 21 418 604 e-mail: awepa@aweapa.org.mz

CC rompe com o passado

Só foram aprovados 3 candidatos presidenciais

Dos nove candidatos presidenciais que submeteram candidaturas ao Conselho Constitucional (CC) só foram aceites três: Armando Guebuza, Afonso Dhlakama e Daviz Simango. Cada candidato deve submeter assinaturas de 10.000 pessoas, reconhecidas pelo notário, que apoiam a sua nomeação.

Alguns candidatos são acusados de “tentativas grosseiras de defraudar a lei e ludibriar o próprio Conselho”, e o CC apresentou os documentos relevantes ao Ministério Público e ao Ministro da Justiça, pedindo procedimento disciplinar e criminal, disse o CC no seu acórdão de 14 de Agosto.

A nova linha dura do CC representa uma ruptura. De facto, um membro do CC, Manuel Franque, votou contra a decisão na base de que em 2004 o CC aceitou candidatos com as mesmas flagrantes violações. Acrescentou que o CC devia ter dado tempo aos candidatos para corrigirem os erros.

O CC fez duas verificações. Primeiro percorreu a lista para eliminar nomes que não respondiam às condições básicas, por exemplo pessoas que tinham assinado várias vezes pelo mesmo candidato, assinaturas não reconhecidas pelo notário ou sem número de eleitor.

Tal como no passado, alguns candidatos menores submeteram assinaturas manifestamente falsas ou inaceitáveis. O CC descobriu muitas páginas com nomes obviamente

Cobertura especial das eleições com 100 jornalistas

Durante o período eleitoral teremos mais de 100 jornalistas em reportagem a partir de todo o território de Moçambique e vamos publicar o Boletim com mais frequência, com pelo menos duas reportagens no dia da votação, a 28 de Outubro.

Melhorámos o nosso website. Para notícias rápidas sobre as eleições:

In English: <http://www.elections2009.cip.org.mz>

Em Português: <http://www.eleicoes2009.cip.org.mz>

Será postado um dossier completo dos boletins sobre eleições.

In English: <http://www.bulletin.cip.org.mz>

Em Português: <http://www.boletim.cip.org.mz>

Estamos também a encorajar o público a relatar quaisquer incidentes ou problemas. Os “Correspondentes Populares” podem enviar SMSs para os telemóveis 82 986 5659 ou 84 386 5659; ou e-mails para eleicoes2009mz@gmail.com

copiados de cadernos eleitorais, por vezes por ordem alfabética ou numérica, e todos eles assinados pela mesma pessoa ou pequeno grupo de pessoas. Raul Manuel Domingos, Khalid Husein Mahomed Sidat, Leonardo Franciso Cumbe, Artur Ricardo Jaquene, e José Richardo Viana Agostinho estão todos acusados destas práticas.

Além disso, Cumbe, Jaquene, e Viana Agostinho são acusados de fotocopiar páginas inserindo-as entre as originais, simplesmente para fazer número. Nesta fase foram eliminados quatro candidatos. Das 12.000 assinaturas submetidas por Viana Agostinho, 11.970 foram rejeitadas de imediato.

Dado que o registo eleitoral agora é computerizado, o Conselho Constitucional (CC) foi capaz, pela primeira vez, de fazer uma verificação

detalhada das listas restantes. A lei estipula que nenhum eleitor pode assinar os documentos de nomeação de mais do que um candidato, o que causou graves problemas. Houve mais uma vez problemas com proponentes com números errados de cartões de eleitor, ou que tinham assinado duas vezes usando nomes diferentes. Nesta fase foram excluídos Jacob Sibindy e Raul Domingos.

O CC foi particularmente crítico em relação a negligência de alguns notários sobre reconhecimento de assinaturas que eram obviamente falsas.

As tabelas abaixo dão mais detalhes.

A decisão do CC, Acórdão 08/CC/09, está postado em <http://www.cconstitucional.org.mz/>

Resumo do Resultado da Validação dos Proponentes com as Causas da Invalidação

Nome do Candidato	Nº de Proponentes Entregues	Nº de Proponentes Processados	Nº de Proponentes Validados	Nº de Proponentes Inválidos	Inválidos				
					S/Confirmação do Notário	Nº de Eleitor Incorrecto	Nº de Eleitor Inválido	Repetidos	
								Mesmo Candidato	Candidatos Diferentes
Armando Emílio Guebuza	20.655	20.000	14.898	5.102	1.330	433	2.992	315	32
Daviz Mbepo Simango	16.730	16.730	12.383	4.347	1.527	319	2.003	388	110
Afonso Macacho Marceta Dhlakama	19.890	19.890	10.246	9.644	5.131	1.493	2.721	261	38
Jacob Neves Salomão Sibindy	12.610	12.610	6.235	6.375	1.072	356	3.411	868	668
Raul Manuel Domingos	15.900	10.062	5.171	4.891	706	718	2.642	762	63
Khalid Husein Mahomed Sidat	13.210	1.661	868	793	13	112	507	27	134
Leonardo Francisco Cumbe	14.000	917	227	690	8	41	309	27	305
Artur Ricardo Jaquene	14.000	2.629	924	1.705	42	305	400	309	649
José Ricardo Viana Agostinho	12.000	30	11	19	0	12	6	0	1

Baseado no Acórdão nº 08/CC/2009

Razões de invalidação de proponentes de nove candidatos

	Armando Emilio Guebuza	Daviz Mbepo Simango	Afonso M. M. Dhlakama	Jacob N. S. Sibindy	Raul Manuel Domingos	Khalid H. M. Sidat	Leonardo Francisco Cumbe	Artur Ricardo Jaquene	José R. Viana Agostinho
a) Fichas da mesma candidatura com vários nomes de proponentes repetidos;	●	●	●	●	●	●	●	●	●
b) Fichas de diferentes candidaturas com vários nomes dos mesmos proponentes;	●	●	●	●	●	●	●	●	●
d) Fichas com os mesmos nomes de proponentes mas diferentes números de inscrição no recenseamento;					●	●	●	●	●
f) Fichas com números de inscrição dos proponentes no recenseamento ilegíveis;	●	●	●	●	●	●	●	●	●
g) Fichas com números de inscrição dos proponentes no recenseamento incompletos ou mal preenchidos;	●	●	●	●	●	●	●	●	●
h) Fichas com números de inscrição de proponentes no recenseamento inválidos;	●		●	●	●	●	●	●	●
i) Fichas com número de inscrição do proponente no recenseamento formado por mais de dezoito dígitos;					●	●	●	●	●
j) Fichas com nomes, mas sem os respectivos números de inscrição no recenseamento;	●	●	●	●	●	●	●	●	●
k) Fichas com registos de nomes ilegíveis;	●	●	●	●					
l) Fichas com rasuras nos números de inscrição dos proponentes no recenseamento, mas sem a devida ressalva efectuada pelo notário;	●	●	●	●					
n) Fichas com o espaço para as assinaturas de proponentes em branco ou tracejado, mas com a declaração do notário <i>reconheço as assinaturas...</i> ;		●	●	●	●	●	●	●	●
o) Fichas com a indicação de que o proponente <i>não sabe assinar</i> , sem impressão digital e sem a menção pelo notário de que os proponentes não assinaram por não saber ou poder ou que não havia condições para a recolha das impressões digitais;		●	●		●	●	●	●	●
p) Fichas com nomes e assinaturas de proponentes, mas sem o devido reconhecimento notarial;	●	●	●		●	●	●	●	
q) Fichas com nomes de proponentes e assinaturas lavrados com o punho da mesma pessoa ou de um reduzido número de pessoas, tendo, apesar disso, as assinaturas sido reconhecidas pelo notário;					●	●	●	●	
t) Fichas com nome do proponente diferente do nome que aparece no espaço da assinatura;				●	●		●	●	●
u) Fichas com impressões digitais apostas com o mesmo dedo em várias ou na mesma ficha;	●			●		●	●	●	●
v) Fichas com manchas de tinta no lugar da impressão digital;						●		●	●
w) Fichas de proponentes preenchidas e depois reproduzidas por fotocópia, mas com reconhecimento de assinaturas pelo notário;							●	●	●

Baseado no Acórdão nº 08/CC/2009

CNE não cumpre calendário eleitoral e atrasa financiamento aos partidos

O calendário eleitoral estabelece que a CNE deve afixar e divulgar as listas definitivas dos partidos políticos concorrentes às legislativas e provinciais de 28 de Outubro próximo até 31 de Agosto, facto que ainda não aconteceu. A CNE alega que não cumpriu o calendário eleitoral por causa dos partidos políticos que, primeiro, submeteram as candidaturas no último dia, segundo, porque, depois de notificados, entregaram os suprimentos das irregularidades também no último dia (28 de Agosto).

Isto provocou atrasos em cascata que atrasam o financiamento aos partidos políticos, numa altura em que faltam 10 dias para o início da campanha eleitoral.

Cinco feridos numa rixa eleitoral em Milange

Cinco pessoas ficaram feridas, uma delas com gravidade, na segunda feira 31 de Agosto, quando militantes da Frelimo tentaram causar distúrbio num comício do Presidente da Renamo Afonso Dhlakama na feira de Milange e os apoiantes da Renamo responderam violentamente.

Quando o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama iniciava o comício, grupo de jovens da Frelimo invadiram a feira com uma aparelhagem ligada em som bem alto. A juventude da Frelimo passeava nas imediações com seus motociclos em alta velocidade a fazer um ruído de perturbação.

Os membros da Renamo reagiram com violência, num acto em que a aparelhagem ficou danificada e um professor da Organização Moçambicana da Juventude (OJM), que seguia na motorizada, ficou gravemente ferido.

Inconformados, os jovens da Frelimo, foram à rua mobilizar mais gente, maioritariamente crianças para reforçar o grupo que já se encontrava na sua sede a fim de montar emboscada, contra a comitiva da “perdiz”, que iria transitar daquele local de regresso do comício, quer para Pensão Fernandinho (onde estava alojado pessoal da delegação) e os restantes militantes com destino às suas casas.

Assim, quando a caravana da Renamo passava em frente do partido Frelimo foi confrontado com este grupo de jovens e crianças. Realmente, o grupo interpelou varias pessoas que vinham do lado da feira (local do comício), tendo batido velhos e mulheres com paus e chombocos. Um velho, que seguia de bicicleta em direcção ao mercado da Feira onde decorria o comício, é que não conseguiu contornar o pior, tendo sido despojado de sua

bicicleta, depois de ser vítima de agressões físicas, que lhe provocaram sérios ferimentos, até desaguar ao hospital.

O clima de confrontação instalou-se naquela tarde de 2ª feira, com os militantes da “perdiz” a retribuir o ataque com violência, lançando pedras e paus, contra os seus opositores, que acabaram atingindo as instalações da Sede do partido Frelimo, que ficou com vidros de janelas quebrados.

Antes da vila de Milange, o líder da Renamo e sua comitiva experimentou dificuldades na localidade de Majaua, fronteira com Malawi, onde seus simpatizantes envolveram-se em pancadarias, com militantes da Frelimo. Conforme relatos, o comício da “perdiz” em Majaua foi obstruído por jovens do partido Frelimo, que circularam empunhando panfletos do seu partido, junto do local marcado para concentração da Renamo.

Foram disparados quatro tiros durante os incidentes de segunda feira em Milange. O Comandante Provincial da polícia Manuel Zandamela disse terem sido tiros para o ar dos guardas da segurança de Dhlakama que tentavam parar o ataque à Pensão Fernandinho e aos líderes da Renamo que saíam do comício. Muitos reportaram que teriam visto um agente da guarda fronteira, aparentemente em estado de embriaguês, atirando quatro vezes a AKM para o ar. *Celeste Bié*

Frelimo perturba actividades do MDM

Os nossos correspondentes reportaram, um pouco por todo o país, ocasiões em que secretários de bairros retiraram as bandeiras do MDM, alegando que foram içadas sem a devida autorização pelas estruturas locais. Com o início da pré-campanha, grupos culturais compostos por pessoas usando camisetas e capulanas com símbolos do partido Frelimo têm perturbado as actividades do MDM.

Nos meandros do partido Frelimo, a estratégia foi baptizada com o nome de “tratamento de choque à oposição” em que grupos culturais do partido são preparados para perturbar, ao máximo, a comunicação entre os candidatos da oposição e

seus membros e simpatizantes, entoando canções e batucadas.

Na sua mais recente visita à província de Gaza (24 de Agosto), Devis Simango foi recebido, para além dos seus membros, por 20 indivíduos

ostentando bandeiras da Frelimo, com toques de batucadas e cânticos. Na sede do MDM, junto a EN1, onde Daviz Simango era aguardado pelos simpatizantes, o grupo da Frelimo agrupou-se nas proximidades cantando e tocando batuques. Na véspera, um grupo desconhecido, tentou incendiar, na madrugada do dia 23 de Agosto, a sede do MDM com recurso a botija de gás. O fogo foi debelado por alguns membros do MDM que dormiam no local. Antes deste episódio, a 19 de Agosto, o secretário de bairro tinha mandado retirar a bandeira do MDM da sua sede provincial, alegadamente porque não tinha se apresentado às autoridades.

Lembre-se que quando o MDM oficializou a sua sede da cidade de Maputo no Xipamanine e içou a sua bandeira, no mesmo dia, o partido Frelimo usou as instalações do círculo do bairro (estrutura de base do Conselho Municipal) para içar a sua

bandeira. Numa das paredes do interior do local onde funciona o círculo do bairro de Xipamanine estão coladas duas fotografias, uma do presidente cessante do conselho Municipal da Cidade de Maputo, Eneais Comiche, outra do actual edil, David Simango, e um cartaz ostentando "vota Frelimo".

Na noite de sexta para Sábado (28/29 de Agosto), a sede do MDM da cidade de Maputo foi vandalizada por desconhecidos, disse Constantino Xiguemane e Agostinho Macuacua, chefe de informação e delegado político respectivamente. Os indivíduos arrombaram as duas portas, uma de grades e outra de madeira, introduziram-se no interior e retiraram a bandeira da República de Moçambique, deixando tudo o que continha, inclusive a bandeira do movimento que, na altura, se encontrava no local junto da bandeira da República.

STAE regista 500 mil novos eleitorais

Na Reunião Nacional do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), realizada entre 24 e 26 de Agosto, em Namaacha, Filisberto Naife, director-geral do STAE, disse que, apesar dos constrangimentos registados no processo de actualização do recenseamento eleitoral, ultrapassaram-se as metas previstas tanto no país com na diáspora ao se registar um universo de 509 mil novos eleitores contra 483 mil previstos pelo STAE e um total de 55 mil eleitores na diáspora contra 50 mil previstos.

Com a excepção de Nampula, todas as províncias reivindicam ter ultrapassado as metas dos números previstos do recenseamento. Esta reivindicação é problemática e tem problemas de transparência: os problemas de transparência se prendem com o facto de o STAE não ter apresentado a base estatística para o estabelecimento das metas a recensear por distrito e província, incluindo a diáspora. A reivindicação de se ter ultrapassado as metas é problemática pelo conjunto de problemas que se registaram ao longo da actualização eleitoral que, em parte, foram reconhecidos pelo STAE. Com efeito, os relatórios de balanço apresentados pelos directores provinciais do STAE reconheceram que o processo foi marcado por constrangimentos de varia ordem, tais como: chegada tardia do material de recenseamento eleitoral, insuficiência de agentes de Educação Cívica, coincidência do calendário eleitoral com o do ano lectivo, avarias constantes do material informático, duplicação de registo de eleitores, etc.

Ao longo do processo, a imprensa independente e sociedade civil tinham identificado e amplamente denunciado problemas, tais como formação deficitária dos brigadistas, falta de combustível líquido, avarias sistemáticas de geradores, longas distâncias entre as zonas residenciais e postos de recenseamento, postos de recenseamento que abriram faltando 5 dias para o fim da actualização (exemplo: em, Manica, Gôndola, os postos de recenseamento não tinham começado com as operações de recenseamento até o dia 24 de Julho

nas localidades de Muda-Serração, Chinete, Matsinhe e Pungu-sul); postos que não chegaram a abrir em todo o processo de actualização (exemplo: em Cabo Delgado, Muidumbe, os postos das aldeias de Matambalale, Lyantua, Lutete, Saba-Saba, Litapata); postos de recenseamento que, ao longo do processo, funcionaram com paragens frequentes por terem esgotado o material (sacos plásticos) e por avarias das impressoras.

Pobre campanha de educação cívica

2.100 agentes estão a fazer uma pobre campanha de educação cívica para as eleições presidenciais, legislativas e assembleias provinciais de 28 de Outubro. As autoridades eleitorais reconhecem a insuficiência de agentes mas alegam exiguidade financeira para apenas se contratar este número. A estratégia de educação cívica consiste no uso dos meios de comunicação social, centros do eleitor montados em todas as províncias (onde o leitor pode obter informação sobre o processo eleitoral), brigadas par (agentes que se movimentam, dois a dois, em bicicletas para as comunidades, fazendo educação cívica eleitoral porta a porta), viaturas equipadas com sistemas sonoros, recurso a bicicletas para as zonas recôndidas, e líderes comunitários (estes mobilizariam o eleitorado para um aglomeração e o agente de educação cívica do STAE iria passar mensagens sobre o processo eleitoral).

Contrariamente à alegação das autoridades eleitorais, não se tem visto nenhum líder comunitário envolvido nas campanhas de educação cívica eleitoral. No geral, não se vê agentes de educação cívica mobilizando os eleitorais em todo o país.

Passado cerca de 30 dias, ainda não houve campanha de educação cívica em alguns distritos do interior. Por exemplo, em Niassa, ainda não se viu agentes de educação cívica nos distritos de Mavago, Marrupa e Metarica. Em Gaza, ainda não se viu agentes de educação cívica em Massingir, Chicualacuala e Mabalane. Em Inhambane ainda não se viu agentes de educação cívica em Govuro, Inhassoro e Panda. Nas zonas urbanas, a campanha de educação cívica tem se restringido a escassos cartazes, ostentando mensagens explicativas dando indicação de que o processo de votação irá decorrer apenas num único dia, 28 de Outubro.